

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALFENAS – UNIFAL/MG
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADA – ICSA

WESLEY DA SILVA AFONSO

**MODALIDADES DE INVESTIMENTO NO BRASIL: UMA REVISÃO DE
LITERATURA**

VARGINHA – MG

2021

WESLEY DA SILVA AFONSO

**MODALIDADES DE INVESTIMENTO NO BRASIL: UMA REVISÃO DE
LITERATURA**

Trabalho de Conclusão de Piepex apresentado como parte dos requisitos para obtenção do título de Bacharel em Ciência e Economia pelo Instituto de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal de Alfenas – UNIFAL.

Orientador: Vinicius de Souza Moreira

VARGINHA-MG

2021

WESLEY DA SILVA AFONSO

**MODALIDADES DE INVESTIMENTO NO BRASIL: UMA REVISÃO DE
LITERATURA**

A Banca examinadora abaixo-assinada, aprova o Trabalho de Conclusão de PIEPEX apresentado como parte dos requisitos para obtenção do grau de Bacharel em Ciência e Economia pela Universidade Federal de Alfenas.

Aprovada em:

Prof. Marçal Serafim Candido
Universidade Federal de Alfenas

Prof. Hugo Lucindo Ferreira
Universidade Federal de Alfenas

Prof. Vinicius de Souza Moreira
Universidade Federal de Alfenas

RESUMO

O objetivo deste trabalho é realizar uma revisão de literatura sobre as modalidades de investimentos disponíveis no mercado financeiro brasileiro. Foi realizada uma breve apresentação do Sistema Financeiro Nacional, os riscos que impactam nos ativos, uma trilha pelas oportunidades que se encontra na Bolsa de Valores brasileira, tanto para renda fixa, quanto renda variável. O investidor que começa suas alocações de capital no mercado financeiro deve estar sempre atualizado de notícias, fatos relevantes que impactam na variação dos ativos, principalmente os de renda variável, pois estes sofrem mais oscilações por cenários políticos, políticas cambiais, instabilidades financeiras e outros que serão abordados nesta pesquisa.

Palavras chave: Renda Fixa, Renda Variável, Riscos, Sistema Financeiro Nacional.

Sumário

1 INTRODUÇÃO	5
2. MERCADO FINANCEIRO, ESTRUTURA E OS RISCOS.....	7
3. TIPOS DE INVESTIMENTOS.....	11
3.1 RENDA FIXA	12
3.2 RENDA VARIÁVEL	14
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	17
REFERÊNCIAS	19

1 INTRODUÇÃO

Atualmente, no Brasil, ocorre na população uma mudança de comportamento diante dos investimentos. Mesmo tendo uma pequena representação diante do público total, os novos investidores vêm tomando conhecimento do quão grande é o mercado financeiro (D'ÁVILA,2019). Para ilustrar esse cenário, conforme apontado por d'Ávila (2019), o número de pessoas físicas investindo no mercado acionário brasileiro passou de 522 mil no ano de 2009, para 1 milhão de pessoas em 2019, o que significa um aumento de, aproximadamente, 92% do número de investidores registrados no período de dez anos.

O pensamento que existia de maior alocação de recursos em renda fixa acontecia por dois motivos: um pela alta taxa de juros no país, e outro pela falta de conhecimento dos ativos de renda variável (RODRIGUES; MALAQUIAS; OLIVEIRA, 2019). Esta mudança de atuação teve resultado no aumento da demanda de ativos do mercado financeiro para poupadores rentabilizarem o seu dinheiro no tempo. Alvarenga (2020) mostra que o número de investidores na Bolsa brasileira é ainda maior no ano de 2020. Embora esteja concomitante ao período de pandemia, o número de pessoas físicas investindo em renda variável quase dobrou em relação a 2019, e ainda de acordo com a autora, em novembro de 2020 havia 2,34 milhões, diante de 1,22 milhão alcançado ao final do ano anterior.

Contudo, o principal fator desta escolha é pela relação de risco/retorno exigido sobre o capital inicial, e tem uma relação direta com o perfil que o investidor se enquadra. Esse perfil, basicamente, pode ser segmentado em três tipos: conservador, moderado e arrojado (SILVA, et al., 2008). O primeiro deles procura correr menor risco, buscando retornos atrelados à taxa de juros, índices de mercado e indexadores econômico. Já o segundo perfil fica no meio termo, sendo que os indivíduos buscam correr um pouco mais de risco, com uma certa proteção, e tendem a investir em fundos de investimento de renda variável como fundos de ações e fundos imobiliários. E no terceiro perfil, encontram-se os sujeitos que estão dispostos a correr mais risco e conhecem a volatilidade dos ativos, buscando investimentos como derivativos, ações, criptomoedas dentre outros (GONZALEZ JUNIOR; SOUZA; SANTOS, 2019).

Assim, a partir do breve contexto exposto, este trabalho teve como objetivo realizar uma revisão de literatura sobre modalidades de investimentos oferecidos no mercado financeiro brasileiro. Entende-se que a revisão permite conhecer as oportunidades existentes, assim como elementos importantes para auxiliar na tomada de decisão dos investidores.

Para justificar essa importância, com a imersão de novos investidores na bolsa, destaca-se a pesquisa realizada pela B3, em abril de 2020, em que a entidade procurou identificar a

quantidade de novos investidores que entraram neste mundo do mercado financeiro, e qual tipo de ativo teve maior demanda. De acordo com o estudo, no comparativo de crescimento de 2019 para 2020, houve um aumento de 1,4 milhões de investidores para 1,9 milhões, até março de 2020, isto somente de pessoas físicas (B3, 2020). O capital destes novos investidores está cada vez menor, segundo a pesquisa, e isto devido a atração de pequenos investidores pelo mercado. Destes novos que adentraram no ramo de investimentos, como base o mês de março de 2020, foi um total de 223 mil pessoas, e 30% detinham um capital menor que R\$ 500,00 para alocar (B3, 2020).

O Trabalho de Conclusão de PIEPEX (TCP) é dividido em algumas seções, além desta introdução. Na próxima, será abordada a estrutura do mercado financeiro. Logo após, será explicado sobre as oportunidades de investimento, segmentando os ativos em renda fixa e renda variável.

2. MERCADO FINANCEIRO, ESTRUTURA E OS RISCOS

Antes de iniciar a descrição a respeito dos ativos financeiros, é importante entender como é a estrutura deste mercado. Na Figura 1, extraída do Instituto Propague (2019), é possível visualizar esta composição, de acordo com a Lei nº 4.595 de 1964 (BRASIL, 1964).

Figura 1 – Sistema Financeiro Nacional (SFN)



Fonte: Instituto Propague (2019).

O SFN ocupa o topo da cadeia, que segundo Cavalcante (2002), pode ser compreendido a partir de um conjunto de instituições financeiras e instrumentos financeiros que visam transferir recursos dos agentes econômicos superavitários para os deficitários. Todo esse ciclo de transferência acontece para que se crie condições de liquidez no mercado de capitais, essa liquidez é o conceito de transformar um título ou ativo em dinheiro em um curto período (MACHADO; MEDEIROS, 2012). No SFN a entidade maior é o Conselho Monetário Nacional (CMN), que é responsável por elaborar as políticas monetárias e cambial, isto é, ditar as regras

(SILVA, et al., 2016). Além disso, o Banco Central do Brasil (Bacen) é a instituição que executa, fiscaliza e delibera as diretrizes do CMN (FABRIS, 2012). Uma autarquia importante que atua neste mercado de capitais é a Comissão de Valores Mobiliários (CVM) que tem como tarefa:

Regulamentar, desenvolver, controlar e fiscalizar o mercado de valores mobiliários do país. A CVM atua de forma coordenada com instituições públicas e privadas, nacionais e internacionais, na busca de maior eficiência das atividades de regulação, registro, supervisão, fiscalização, sanção e educação. Sendo assim, sua atuação regulatória possui um foco direcionado ao atendimento das necessidades do mercado e sua evolução, em consonância com padrões internacionais, e pautada na participação da sociedade (SILVA et al., 2016).

Há também a Bolsa de Valores – a Brasil, Bolsa e Balcão (B3) –, onde ocorrem todas as negociações de títulos e valores mobiliários, em um ambiente com condições para seus usuários e que atende as normas do Bacen. Em tempo, possui também a Bolsa de Mercadorias e Futuros (BM&F), onde são negociados os ativos de contratos futuros. Conforme explica Assaf Neto (2015), os principais objetivos da bolsa são:

- Promover uma segura e eficiente liquidação das várias negociações realizadas em seu ambiente;
- Desenvolver um sistema de registro e liquidação das operações realizadas;
- Desenvolver um sistema de negociação que proporcione as melhores condições de segurança e liquidez aos títulos e valores mobiliários negociados;
- Fiscalizar o cumprimento, entre seus membros e as sociedades emissoras dos títulos, das diversas normas e disposições legais que disciplinam as operações em bolsa (ASSAF NETO, 2015, p. 307).

Para que ocorra o processo de compra e venda destes ativos, existem os intermediadores que realizam estas operações, que são os Bancos de investimentos, as Corretoras, os Bancos Comerciais, Bancos múltiplos, Caixas econômicas, dentre outros (SILVA et al., 2016). Há, ainda, uma instituição muito importante que é encarregada por registrar, custodiar e liquidar as operações entre investidores (demanda e a oferta), que é a Central de Custódia e Liquidação Financeira de Títulos (CETIP), que garante que não ocorra inadimplência neste mercado (ALMEIDA; ROCHA, 2010).

O novo investidor, antes de iniciar a sua trajetória, tem que inteirar-se dos vários conceitos existentes, pois este mercado não é difícil, mas sim complexo. Além disso, possui diversas variáveis que atuam diretamente na performance que deseja atingir com seu capital. De acordo com as explicações de Rambo (2014),

Ao se iniciar o estudo sobre investimentos, é importante que se tenha uma noção das variáveis econômicas que interferem no resultado desses investimentos. Além dos aspectos macroeconômicos e microeconômicos que devem ser avaliados as taxas de juros, índices, indexadores interferem no resultado, seja por servirem como balizadores ou até como agentes remuneratórios, que têm seus rendimentos atrelados

à taxa, indexadores etc. As principais taxas e índices encontrados no mercado são a taxa Selic, Cetip, TR, TJLP, TBF, IPCA, IGP-M etc. (RAMBO, 2014, p. 28).

Além de toda esta estrutura, os índices, os indicadores macro e microeconômicos e as taxas, os investidores precisam se manter atualizados em notícias, cenários políticos e nos principais eventos que acontecem no país e no mundo e que movimentam o mercado financeiro¹. Nesta discussão, três variáveis são importantes: a liquidez, a rentabilidade e o risco (CVM, 2018). A liquidez é a velocidade com que um ativo pode ser convertido em dinheiro, quanto mais fácil for resgatá-lo maior será a sua liquidez. A rentabilidade é o retorno do investimento enquanto o risco, por sua vez, é a possibilidade de perdas (variabilidade do retorno), pois quanto menor a segurança, maior é a probabilidade de perdas (CVM, 2018). Segundo Pereira (2014) os riscos são divididos em: risco de variação das taxas de juros; risco de crédito; risco de mercado; risco operacional; risco de câmbio; risco soberano; risco de liquidez e risco legal (Quadro 1).

Quadro 1 – Risco e suas características

Tipo de Risco	Característica
Risco de variação das taxas de juros	Acontece quando há um descolamento no prazo entre as captações e as aplicações, em outras palavras ativo e passivo não se equilibram.
Risco de crédito	Ocorrem devido à falta de pagamento dos valores prometidos da parte devedora a uma instituição financeira, tornando inadimplente por não ter honrado o prazo.
Risco de mercado	Está relacionado com as possibilidades de perdas das instituições integrantes do mercado financeiro, devido as oscilações de índices como: inflação, taxa de juros, taxa de câmbio, indicadores da bolsa etc.
Risco operacional	Eventualidade de perdas determinadas causados por erros humanos, falhas de sistemas, eventos externos, fraudes, entre outros. Geralmente está voltado para as pessoas, os processos e a tecnologia utilizada.
Risco de câmbio	É a ocorrência que pode surgir devido a um retorno esperado menor do que o previsto devido a aplicações no exterior, quando há uma disparidade entre moedas.
Risco soberano	São restrições que um país pode impor aos fluxos financeiros, como por exemplo, determinando limites à entrada e saída de capitais ou até mesmo a suspensão.
Risco de liquidez	Relacionado à disponibilidade imediata de caixa diante da demanda por parte dos depositantes e aplicadores, o que pode ocorrer diante de instabilidade do mercado ou devido a informações ruins sobre uma instituição financeira.
Risco legal	Decorre da falta de legislação atualizada sobre um determinado assunto no mercado financeiro ou da falta de padronização jurídica e termos nos contratos financeiros entre países.

¹ A plataforma *Infomoney*, diariamente, publica os “5 Assuntos” que movimentam o mercado financeiro naquele dia. Ver em: <https://www.infomoney.com.br/tudo-sobre/5-assuntos/>

Risco político	É aquele que é afetado por decisões dos chefes de estado, e que impactam diretamente o sucesso de empresas em países estrangeiros.
----------------	--

Fonte: Pereira (2014, p. 101) e Costa & Figueira (2017).

Todos estes riscos, em maiores ou menores proporções, implicam na performance dos ativos de maneira positiva, tanto quanto negativa. Ademais, não existem investimentos sem riscos, pois há sempre a incerteza associada ao retorno da aplicação, assim como o melhor investimento não existe, o que pode ser encontrado são investimentos mais ou menos compatíveis com o perfil de risco e objetivos do investidor (CVM, 2018). Os objetivos e as preferências do investidor por liquidez, expectativa de rentabilidade e disposição em assumir riscos implicam em modalidades diferentes de investidores, e diante disso podem ser atribuídos três perfis ao investidor: o conservador, o moderado e o agressivo (BACEN, 2013). A seguir aborda-se os tipos de investimentos separados por classes.

3. TIPOS DE INVESTIMENTOS

Das definições existentes deste assunto, é importante tomar conhecimento sobre as oportunidades oferecidas por este mercado, uma vez que quando se exige um pouco mais de retorno, conseqüentemente, terá que correr um maior risco e vice e versa, ou seja a relação de risco/retorno é inversamente proporcional (RAMBO, 2014). Se um aplicador deseja manter o seu dinheiro seguro e ter rendimentos significativos, terá que deixar o seu capital alocado por um maior prazo. Já os que desejam altos rendimentos em curto prazo terão uma maior exposição a risco, lembrando que terão maiores rentabilizações, porém poderá implicar também em perdas significativas de seus investimentos (RAMBO, 2014).

Sobre esse assunto, é possível identificar duas classes de ativo, um que é a renda fixa e outra que é a renda variável, ambos possuem características e especificidades que serão abordadas a seguir. Para a realização desta exposição, a seleção dos textos teve um recorte temporal de 2012 a 2021, e foram selecionados através de palavras chaves como: renda fixa, renda variável. O critério utilizado foram os textos que possuíam maior quantidade de informação do assunto. Este trabalho é composto por artigos científicos, monografias de conclusão de curso e dissertação de mestrado. Os trabalhos foram levantados no *Spell* e no Google Acadêmico. A listagem dos textos revisados encontra-se no Quadro 2.

Quadro 2 – Documentos revisados

Autor/a (ano)	Título
Balthazar, Morgado e Cabello (2018)	Alternativas de Investimentos em Renda Fixa no Brasil: Comparação entre um Banco de Investimento e um Banco de Varejo
Batista e Alves (2021)	Análise do Impacto do Bitcoin na Eficiência de uma Carteira Diversificada para Investidores Brasileiros
Campani et al. (2020)	Planos PGBL e VGBL e Previdência Privada: Uma análise do Mercado Brasileiro
Carvalho et al. (2014)	<i>Bitcoin</i> , Criptomoedas, <i>Blockchain</i> : Desafios analíticos, reação dos bancos, implicações regulatórias
Fabris (2012)	Estudo comparativo do índice Bovespa x Certificado de Depósito Interbancário (CDI), visando identificar qual dos dois teve variação maior no período compreendido entre 2005 e 2010
Machado e Medeiros (2012)	Existe o efeito liquidez no mercado acionário brasileiro?
Maluf e Albuquerque (2013)	Evidências empíricas: Arbitragem no mercado brasileiro com fundos ETFs
Matos, Iquiapaza e Ferreira (2014)	Análise da exposição a perdas dos ETFs brasileiros conforme as técnicas de avaliação de risco de mercado <i>Value at Risk</i> (VaR) e <i>Expected Shortfall</i> (ES)
Oliveira (2015)	Análise de rentabilidade dos investimentos em renda fixa.
Pereira (2014)	Riscos e incertezas associados aos investimentos no mercado financeiro
Pinheiro et al. (2019)	Utilização de contratos futuros de <i>commodities</i> como forma de otimizar carteira de investimentos do mercado brasileiro
Pires (2017)	<i>Bitcoin</i> : a moeda do ciberespaço
Rambo (2014)	O perfil do investidor e melhores investimentos: da teoria à prática do mercado brasileiro
Resende (2018)	Uma análise empírica do funcionamento e importância do fundo garantidor de crédito no Brasil e no mundo
Rodrigues, Malaquias e oliveira (2019)	Aplicação do teste raiz unitária para análise da rentabilidade dos fundos de renda fixa brasileiros

Silva Miranda e Avelar (2020)	Uma análise comparativa sobre a Rentabilidade de Investimentos em <i>Bitcoins</i>
Silva, et al. (2016)	O Sistema Financeiro Nacional Brasileiro: contexto, estrutura e evolução
Soares e Milani (2015)	Performance of Traditional Investment Funds and ETFs Linked to Sustainability and Corporate Governance

Fonte: elaboração própria.

Além dessa literatura, foi utilizado como complemento os livros de Assaf Neto (2015) e também de Cavalcante (2002), além das pesquisas “Raio X do Investidor Brasileiro” (ANBIMA, 2020) e “Análise da evolução dos investidores pessoas físicas na B3” (B3, 2020).

3.1 RENDA FIXA

Os ativos de renda fixa são referenciados por seus ganhos futuros serem pré-determinados, por uma taxa pré ou pós-fixada, e são uma boa escolha para os investidores que procuram ter ganhos maiores que a inflação, as opções de investimento descritas são: Poupança; Certificado de Depósito Bancário e Recibo de Depósito Bancário; Certificado de Depósito Interbancário; Títulos públicos; Previdência Complementar; Letras de Crédito Imobiliário e o Ouro (BALTAZAR; MORGADO; CABELLO, 2018).

A Poupança, segundo Assaf Neto (2015, p.128), é uma alternativa de aplicação financeira bastante conservadora por oferecer baixo risco, e isto resulta um menor retorno em comparação com outros ativos. Geralmente, por ser uma opção tradicional, costuma atrair aplicadores iniciantes, pois o governo garante depósitos até um determinado limite, sendo este amparado pelo Fundo Garantidor de Crédito (FGC) com um valor de 250 mil reais (RESENDE, 2018). E esta é uma oportunidade de investimento com uma maior propaganda das instituições financeira a quem não possui muito conhecimento em aplicações (RAMBO, 2014). Esta também é isenta de alíquota de imposto de renda. De acordo com o “Raio X do Investidor”, em 2020, no total da amostra da população brasileira, 29% possuía aplicações neste ativo (AMBIMA, 2020). Ainda segundo o estudo “a caderneta de poupança perdeu espaço pela primeira vez em quatro anos, desde que a ANBIMA realiza pesquisa com a população economicamente ativa das classes A, B e C em todo o País” (ANBIMA, 2020, n. p.).

O Certificado de Depósito Bancário (CDB) e o Recibo de Depósito Bancário (RDB), são títulos emitidos por instituições financeiras, geralmente bancos Comerciais/Múltiplos com o intuito de captar recursos, para emprestar a tomadores destas (RAMBO, 2014). Ao fim do período, o investidor recebe um valor maior ao seu alocado inicialmente. Há tributação de imposto de renda.

O Certificado de depósito interbancário (CDI) é um tipo de ativo que existe para oferecer a transferência de recursos entre instituições financeiras, geralmente tem duração de um dia e são conhecidos no mercado financeiro por depósitos interfinanceiros (DI), são referência para

o mercado, diversas operações de créditos utilizam uma taxa de juros junto com o CDI como referência (FABRIS, 2011).

Os títulos públicos, por sua vez, são uma das ramificações da renda fixa e existem para auxiliar o Governo em suas dívidas e fazem parte das deliberações de políticas monetárias, ou seja, ele emite estes títulos com o intuito de diminuir a oferta de dinheiro na economia com o objetivo de reduzir a liquidez, quando o governo retoma o recurso, ocorre o aumento da oferta de dinheiro, conseqüentemente aumentando os meios de pagamentos (ASSAF NETO, 2015).

O investimento neste ativo é considerado conservador (RAMBO, 2014), ocorrendo baixíssimo risco com as garantias do Tesouro Nacional, e existem duas classificações: os pré-fixados e os pós-fixados. Os primeiros possuem uma taxa de juros determinada no ato da aplicação, e o investidor pode escolher receber tudo no final do período ou gradativamente durante os semestres. Já no pós-fixado, o poupador só toma conhecimento da taxa no ato do resgate de seu capital, geralmente atrelados à taxa básica de juros, a SELIC, ou ligados a inflação. O retorno esperado dos investidores flutua de acordo com estes dois referenciais. Conforme levantamento realizado pelo “Raio X do Investidor”, no ano de 2020, 20 milhões de brasileiros que investiam na Bolsa, 3% destes possui posição aberta nesse ativo (AMBIMA, 2021).

A Previdência Complementar é um tipo de investimento que existe para os poupadores que desejam ter uma fonte de renda adicional como o planejamento para a aposentadoria, não ficando dependente somente da Previdência Social, que, na maioria das vezes, garante somente a subsistência do indivíduo (RAMBO, 2014).

Esta modalidade de investimento pode ser constituída como previdência de sociedade aberta ou fechada, sendo que no primeiro modo ocorre a livre admissão para quem deseja contribuir, e na fechada, ocorre geralmente em fundos de pensão, afim de gerir as contribuições de empresas para seus funcionários (ASSAF NETO, 2015). O contribuinte deste ativo, geralmente faz suas contribuições periódicas e ao final do período o valor é retornado de acordo com o plano escolhido (RAMBO, 2014).

Atualmente, no mercado nacional existem dois tipos de planos de previdência: o Plano Gerador de Benefícios Livres (PGBL) e o Fundo de Aposentadoria Programa Individual (FAPI) (CAMPANI et al. 2020). De acordo com Assaf Neto (2015, p. 470), “o PGBL é uma alternativa de aplicação financeira direcionada principalmente como planejamento de aposentadoria de pessoas”. Funciona da seguinte maneira: um fundo de investimento pega as aplicações de participantes e os aloca no mercado financeiro e todos os rendimentos são devolvidos aos integrantes. Todo o patrimônio gerado é o que irá financiar a renda de aposentadoria dos

membros. Existem alguns benefícios para quem optar por este, quais sejam: deduções no Imposto de Renda de até 12% da renda bruta do investidor; os rendimentos gerados só serão tributados no momento do saque e o investidor pode realizar portabilidades de um gestor de fundo para outro sem que haja a incidência de imposto de renda (RAMBO, 2014).

Já o Fundo de Aposentadoria Programa Individual (FAPI) possui diversas características do PGDL, porém existe algumas peculiaridades, uma delas é que o investidor só pode resgatar seu patrimônio acumulado todo de uma vez, não sendo possível a modalidade de pagamentos mensais (RAMBO, 2014). Outra observação importante é a questão da tributação que neste há sobre os ganhos de capital.

A Letra de Crédito Imobiliário é um ativo que está interligado a créditos imobiliários com garantia de hipoteca ou um financiamento com garantia de imóvel, geralmente retorna ao tomador da LCI, o seu capital inicial investido mais juros e correções monetárias (RAMBO, 2014). Em outras palavras, é uma forma dos bancos comerciais e múltiplos de acordo com os requisitos exigidos pelo Bacen, afim de captar recursos para financiar novos empreendimentos imobiliários, este tipo de ativo possui isenção da incidência de Imposto de Renda, e são mais atrativos a investidores que detêm um montante de capital grande pois possui as melhores taxas líquidas (OLIVEIRA, 2015).

Por fim, destaca-se o Ouro, um dos mais utilizados por investidores no mercado financeiro, tendo como fator principal a busca de proteção em momentos que as bolsas apresentam instabilidades, sendo elas financeiras, econômicas ou políticas globais, geralmente, o retorno esperado para quem optar por este tipo de ativo é em médio a longo prazos, e é uma escolha para diversificação de carteiras, diminuindo um pouco da exposição ao risco (RAMBO, 2014).

3.2 RENDA VARIÁVEL

A abordagem nesta seção será sobre os ativos de renda variável, que basicamente são aqueles que podem trazer maiores retornos, como também grandes prejuízos, isso se ocorre em ambiente mais previsíveis, com menos riscos que influenciam com alta sensibilidade nestes ativos, conseqüentemente o investidor fica mais propenso a assumir os riscos, em operações de curto e de médio prazo (ASSAF NETO, 2015). As opções de investimento descritas são: ações; opções; contratos futuros; ETF e as criptomoedas.

As ações são uma parcela de uma determinada empresa listada na bolsa de valores que cumprem determinados requisitos para ser comercializada no balcão, as empresas fazem estas ofertas com objetivo de captar recursos para expandir seus negócios, essa primeira negociação

ocorre no mercado primário, já quando os títulos encontram-se no mercado e são comercializados entre investidores, ocorre no mercado secundário (RAMBO, 2014). O acionista é caracterizado como um como um sócio da empresa em que tem o direito de acordo com a quantidade e tipo de ações em participar de votações e nos lucros desta (RAMBO, 2014). São divididas em ações ordinárias e preferenciais.

As ações ordinárias são aquelas que o acionista possui o direito de voto, existindo a possibilidade participar de decisões importante da empresa (ASSAF NETO, 2015). Suas responsabilidades vão desde o destino da sociedade até a eleição da diretoria executiva.

Já as ações preferenciais existem algumas vantagens em comparação a anterior, tendo como prioridade o recebimento dos dividendos quando há a distribuição, se for suficiente para suprir a demanda e ainda sim ficar com saldo positivo, será estendido aos que ordinários (RAMBO, 2014). No caso de falência da sociedade anônima, serão os primeiros a ser reembolsados de seu capital. De acordo com o “Raio X do investidor” apenas 3% da população de nosso país possui posição neste tipo de ativo (AMBIMA, 2021). De acordo com a pesquisa da B3, no ano de 2020, concluiu que 1,7 milhões de investidores possuem posições em ações, com um saldo de R\$ 190 bilhões de reais, resultando numa maior procura neste ativo do que em outros ofertados pelas instituições (B3, 2020).

As Opções é uma subdivisão das ações, em termos técnicos é um derivativo da ação, que tem como representação o direito de venda ou compra de uma ação a um preço pré-determinado e possui validade (RAMBO, 2014). Conforme explica Assaf Neto (2015),

Esse valor prefixado é conhecido pela expressão *strike price* em inglês. As opções são negociadas em Bolsas de Valores por meio do pagamento de um prêmio, e o resultado da operação é calculado pela diferença entre o preço de mercado na data da realização da opção (compra ou venda) e o valor pago pelo prêmio. Uma opção de compra garante ao titular o direito de adquirir no futuro um lote de ações a determinado preço, denominado de preço de exercício, durante certo tempo. Se não for exercido o direito de compra no prazo estipulado na opção, o contrato caduca e o comprador (titular) perde o prêmio pago. Uma opção de venda, ao contrário, garante a seu titular o direito de vender um lote de ações a um preço fixado durante certo intervalo de tempo (ASSAF NETO, 2015, p. 120).

O contrato futuro é um derivativo das ações, *commodities*, taxa de juros, índices etc. Na maioria das vezes são utilizados como meio de proteção afim de diversificar sua carteira realizando operações de *hedge*, tal operação é utilizada para reduzir, ou até mesmo eliminar, os riscos que existem em uma carteira de investimentos, isto devido ao fato de que os futuros possuem correlação negativa com os ativos de sua carteira, vale salientar, ainda, que nestes contratos, o risco de perda é bem alto devido a sua alavancagem, porém os investidores utilizam da especulação deste ativo com o intuito de ter ganhos anormais em um curto espaço de tempo (PINHEIRO et al., 2019).

O *Exchange Traded Funds* (ETFs), origina-se de um fundo de índice, que traz como referência determinado índice de mercado. De acordo com Maluf e Albuquerque (2013) estes fundos são um mix de características dos fundos mútuos e os de ações e tem como foco principal em disponibilizar uma rentabilidade de um determinado índice, através de uma estratégia passiva de investimento. Porém, diferentemente de fundos convencionais, os ETFs dispõem da mesma flexibilidade de negociações de uma ação, pois suas cotas são transacionadas livremente no mercado secundário, durante todo o horário do pregão das bolsas (MATOS; IQUIAPAZA; FERREIRA, 2014).

Sobre esse assunto, Soares e Milani (2015), compararam a performance de fundos de investimento tradicionais e *Exchange traded funds* (ETFs), entre 20 de junho de 2012 a 31 de outubro de 2013. Os autores adotaram como *benchmarks* o Ibovespa, o IBrX e Índices de Sustentabilidade, além de fundos livres. A partir disso, os resultados apontaram que “os fundos ligados a índices de sustentabilidade e governança corporativa constituem uma das melhores opções de investimento, superada apenas pelos fundos livres” (SOARES; MILANI, 2015, p. 353).

Por fim, destaca-se as criptomoedas. O nome tecnológico é devido a sua proteção que existe de criptografia, em outras palavras, há uma proteção dos dados transmitidos e armazenados, a partir das transformações de informações legíveis em códigos ininteligíveis, com todo avanço tecnológico foi possível criar formas de descentralizar e desregular a criação de moedas (CARVALHO et al., 2017). Em amostra e exemplificação, temos o Bitcoin, criado em 2008, por Satoshi Nakamoto, que utiliza a tecnologia *blockchain*, que nada mais é o registro de suas transações em rede de dados *peer-to-peer* (P2P) sem a necessidade da bolsa de valores (PIRES, 2017).

O aumento da procura por moeda de *bitcoin* no Brasil ocorreu a partir de 2015, mas teve um grande pico no segundo semestre de 2017, que impactou num aumento de demanda por este tipo de ativo e conseqüentemente uma supervalorização, porém é um ativo de alta volatilidade, e que pode aumentar e diminuir seu valor em um curto espaço de tempo (SILVA; MIRANDA; AVELAR, 2020).

Em estudo de Batista e Alves (2021) foi investigada se a inclusão do Bitcoin, entre os ativos elegíveis para investidores de varejo no mercado brasileiro, teria impacto na fronteira eficiente markowitz. Entre 2013 e 2018, período analisado pelos autores, foi possível concluir que “a inclusão do Bitcoin [...] provocaria um deslocamento positivo, estatisticamente significativo, e uma expansão da fronteira eficiente no mercado brasileiro de varejo” (BATISTA; ALVES, 2021, p. 353).

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho buscou realizar uma revisão de literatura sobre modalidades de investimentos oferecidos no mercado financeiro brasileiro. Iniciou-se a explanação do assunto apresentando o Sistema Financeiro Nacional e os riscos existentes no mercado financeiro. Em relação aos tipos de investimentos, os ativos de renda fixa trazem retornos com taxa de juros pré e pós fixadas, sendo a poupança um dos mais demandados pelo público brasileiro, mas que vem perdendo espaço para outros ativos. O CDB e o RDB são tipos de investimentos que instituições financeiras utilizam como captação de recursos, já o CDI é uma modalidade que tem como objetivo principal a transferência entre estas citadas anteriormente. A LCI é um tipo de investimentos que são atrelados a financiamentos de moradias, nisto as instituições ofertam ao poupador um retorno somado a juros e correção monetária. Os títulos públicos são emitidos pelo governo para financiar suas dívidas e em casos específicos como uma política monetária com foco em diminuir a oferta de dinheiro na economia. Como planejamento de uma renda adicional, existe para a população a previdência privada com os planos PGBL E VGBL, e o Ouro que geralmente são utilizados como meio de proteção em cenários instáveis da economia.

Já em renda variável, existem as ações que são pequenas parcelas de uma determinada empresa e que são comercializadas na bolsa de valores como primeiro momento afim de captar recursos para investir na empresa, possuem suas particularidades no que tange em direito de voto ou devolução de seus valores investidos em casos de insolvência. Há ainda os derivativos das ações que são as Opções, onde o detentor exerce o direito de compra ou venda de uma ação a um preço pré-determinado. O contrato futuro, também pertencente a classe de derivativos, onde os investidores utilizam como meio de proteção de carteiras, e em alguns casos como especulação. Os ETF's são fundos que possuem como referência retornos atrelados a um determinado índice, e são comercializados da mesma sistemática das ações. Por fim, destaque-se as criptomoedas, que são investimentos em moedas digitais, que possuem como tecnologia a criptografia, e não necessitam de uma bolsa de valores para serem comercializados, pois são registradas suas transações através da rede de dados *peer-to-peer* (P2P).

A pesquisa possui limitações, pois foi realizado um levantamento de dezessete trabalhos científicos, sendo pouco dentre a todo acervo que existe a respeito do tema analisado. Nesse sentido, a realização de uma revisão sistemática da literatura pode ampliar o conhecimento sobre o assunto aqui tratado.

Enfim, com base na pesquisa realizada, seria interessante realizar um estudo sobre o comportamento e o nível de conhecimento dos estudantes da Universidade Federal de Alfnas diante das oportunidades de investimentos disponíveis. Ou uma outra sugestão seria realizar

uma entrevista com os agentes autônomos de investimentos, pois estes fazem a ponte entre mercado financeiro e novos investidores.

REFERÊNCIAS

ALVARENGA, B. **Bolsa dobra o número de investidores em 2020 e vê maior diversificação**. Exame. Disponível em: <https://exame.com/invest/bolsa-dobra-o-numero-de-investidores-em-2020-e-ve-maior-diversificacao/>. Acesso em 11 de setembro de 2021.

AMBIMA. **Raio X do investidor**. 2021. Disponível em: <https://www.ambima.com.br/pt_br/especial/raio-x-do-investidor-2021.htm>. Acesso em 24 agosto de 2021.

ASSAF NETO, A. Mercado Financeiro. **13ª Edição**. São Paulo: Atlas, 2015.

BANCO CENTRAL DO BRASIL (BACEN). **Caderno de Educação Financeira – Gestão de Finanças Pessoais**. Brasília: Banco Central do Brasil, 2013. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/pre/pef/port/caderno_cidadania_financeira.pdf>. Acesso em: 11 de setembro de 2021.

BALTHAZAR, M. S. P.; MORGADO, P. H. H.; CABELLO, O. G. Alternativas de Investimentos em Renda Fixa no Brasil: Comparação entre um Banco de Investimento e um Banco de Varejo. **Revista Evidenciação Contábil & Finanças**, v. 6, n. 2, p. 36-57, 2018.

BATISTA, D. T.; ALVES, C. Análise do Impacto do Bitcoin na Eficiência de uma Carteira Diversificada para Investidores Brasileiros. **Revista Brasileira de Gestão de Negócios**, v. 23, n. 2, p. 353-369, 2021.

B3. Uma análise da evolução dos investidores pessoas físicas na B3, 2020. Disponível em: <http://www.b3.com.br/data/files/28/35/07/6C/69F65710DFA44257AC094EA8/Estudo_PF-final.pdf> Acesso em: 24 de agosto de 2021.

CAMPANI, C. H.; COSTA, T. R. D.; MARTINS, F. G. L.; AZAMBUJA, S. Planos PGBL e VGBL e Previdência Privada: Uma Análise do Mercado Brasileiro. **Sociedade, Contabilidade e Gestão**, v. 15, n. 1, p. 122-141, 2020.

CARVALHO, C. E. et al. Bitcoin, criptomoedas, Blockchain: desafios analíticos, reação dos bancos, implicações regulatórias. **Anais... Fórum Liberdade Econômica, São Paulo, SP, Brasil**, 2017.

CAVALCANTE, F. **Mercado de Capitais**. 5ª ed. Rio de Janeiro: Campus, 2002

COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS (CVM). **Programa bem-estar financeiro: Módulo 06: Introdução aos Investimentos**. CVM, 2018. Disponível em: <https://www.investidor.gov.br/portaldoinvestidor/export/sites/portaldoinvestidor/menu/Menu_Academico/Programa_Bem-Estar_Financeiro/Apostilas/apostila_06-bef-investimentos.pdf>. Acesso em: 11 de setembro de 2021.

COSTA, L. P. S.; FIGUEIRA, A. C. R. Risco Político e Internacionalização de Empresas: Uma Revisão Bibliográfica. **Cadernos EBAPE.BR**, v. 15, n. 1, p. 63-87, 2017.

D'ÁVILA, M. Bolsa se aproxima de 1 milhão de investidores – mas ainda é pouco. **Infomoney**. Disponível em: <https://www.infomoney.com.br/onde-investir/bolsa-se-aproxima-de-1-milhao-de-investidores-mas-ainda-e-pouco/>. Acesso em 11 de dezembro de 2019.

DE ALMEIDA, D. V. M.; DA ROCHA, J. V. Uma visão panorâmica do Sistema Financeiro Nacional. **avm.edu.br**, Rio de Janeiro, 2010

FABRIS, G. (2012). Estudo comparativo do índice Bovespa x Certificado de Depósito Interbancário (CDI), visando identificar qual dos dois teve variação maior no período compreendido entre 2005 e 2010. Disponível em: <http://repositorio.unesc.net/handle/1/1039>

INSTITUTO PROPAGUE. Explicando o Sistema Financeiro Nacional (SFN). 2019. Disponível em: <https://institutopropague.org/noticias/explicando-o-sistema-financeiro-nacional-sfn/>. Acesso em: 24 agosto de 2021.

JUNIOR, I.; SOUZA, E.; SANTOS, A. Investimento Financeiro: uma análise do perfil investidor dos universitários do recôncavo da Bahia. **GECONT - Revista de Gestão e Contabilidade da UFPI**, Floriano, vol. 2, n. 2, p. 96-114, 2015.

MACHADO, M. A.; DE MEDEIROS, O. R. Existe o efeito liquidez no mercado acionário Brasileiro? **BBR-Brazilian Business Review**, v. 9, n. 4, p. 28-51, 2012.

MALUF, Y. S.; ALBUQUERQUE, P. H. M. Evidências empíricas: arbitragem no Mercado Brasileiro com Fundos ETFs. **Revista Contabilidade & Finanças - USP**, v. 24, n. 61, p. 64-74, 2013.

MATOS, G. A. S.; IQUIAPAZA, R. A.; FERREIRA, B. P. Análise da exposição a perdas dos ETFs brasileiros conforme as técnicas de avaliação de risco de mercado Value at Risk (VaR) e Expected Shortfall (ES). **Brazilian Business Review**, v. 11, n. 4, p. 91-115, 2014.

OLIVEIRA, Guilherme Bueno de. Análise de rentabilidade dos investimentos em renda fixa. 2015. **Trabalho de Conclusão de Curso**. Universidade Tecnológica Federal do Paraná.

PEREIRA, A. L. Riscos e incertezas associados aos investimentos no mercado financeiro. **Negócios em Projeção**, v. 5, n. 2, p. 97-111, 2014.

PINHEIRO, M. C.; ZANON, A. R. M.; DANTAS, J. A.; FERNANDES, B. V. R. Utilização de Contratos Futuros de Commodities como Forma de Otimizar Carteiras de Investimentos do Mercado Brasileiro. **Revista Evidenciação Contábil & Finanças**, v. 7, n. 3, p. 5-23, 2019.

PIRES, H. F. Bitcoin: a moeda do ciberespaço. **GEOUSP Espaço e Tempo (Online)**, v. 21, n. 2, p. 407-424, 2017.

RAMBO, A. C. O perfil do investidor e melhores investimentos: da teoria à prática do mercado brasileiro. **86 f. TCC (Graduação) - Curso de Ciências Econômicas**, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2014.

RESENDE, A. K. S. Uma análise empírica do funcionamento e importância do fundo garantidor de crédito no Brasil e no mundo. 2018. **57 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Econômicas)** – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2018.

RODRIGUES, D. R.; MALAQUIAS, R. F.; OLIVEIRA, J. R. Aplicação do Teste de Raiz Unitária para Análise da Rentabilidade dos Fundos de Renda Fixa Brasileiros. **Gestão & Regionalidade**, v. 35, n. 103, p. 262-277, 2019.

SILVA, S. W. et al. O sistema financeiro nacional brasileiro: contexto, estrutura e evolução. **Revista da Universidade Vale do Rio Verde**, v. 14, n. 1, p. 1015-1029, 2016.

SILVA, W.; CORSO, J.; SILVA, S.; OLIVEIRA, E. Finanças Comportamentais: análise do perfil comportamental do investidor e do propenso investidor. **RECADM - Revista Eletrônica de Ciência Administrativa**, Paraná, vol. 7, n. 2, p. 1- 14, 2008.